

# O que pode a literatura do Rio Grande do Sul (ou por “novas façanhas que sirvam de modelo a toda terra”)

What the literature from Rio Grande do Sul can (or “new exploits that serve as a model for the entire land”)

Fernando Zolin-Vesz 

Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, MT, Brasil.

E-mail: fernando\_vez@hotmail.com

**RESUMO:** Inspirado em Todorov (2008), este artigo apresenta como objetivo desenvolver o argumento de que a literatura do Rio Grande do Sul pode muito, até mesmo questionar a constituição do cânone literário atribuído a esse espaço geográfico/simbólico nomeado Estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, inicialmente traz-se à baila o processo de formação do que se convencionou denominar literatura canônica, herdeiro de determinadas categorias oriundas do processo sociohistórico categorizado como colonialidade, para então propor o deslocamento do lócus da enunciação (Grosfoguel, 2008) para os africanos que foram traficados para o Estado na condição de escravizados, de modo que a obra *Biografia de Mahommah Gardo Baquaqua: um nativo de Zoogoo, no interior da África* possa ser equitativamente integrada ao cânone da literatura que narra a constituição do Estado do Rio Grande do Sul, assim como as já prestigiadas trilologias de Érico Veríssimo e de Josué Guimarães.

**PALAVRAS-CHAVE:** literatura do Rio Grande do Sul; literatura canônica; colonialidade.

**ABSTRACT:** Inspired by Todorov (2008), this paper aims at developing the argument that the literature from Rio Grande do Sul can very much, even to question the constitution of the literary canon attributed to this geographic/symbolic space named State of Rio Grande do Sul. To this purpose, initially the process of formation of what is conventionally called canonical literature, heir to certain categories originating from the socio-historical process categorized as coloniality, is brought to the fore, to then propose the displacement of the locus of enunciation (Grosfoguel, 2008) in direction to the Africans who were trafficked as slaves to the State, so that the book *Biography of Mahommah Gardo Baquaqua: a native of Zoogoo, in the interior of Africa* can be equitably integrated into the canon of literature that narrates the constitution of the State of Rio Grande do Sul, as well as the already prestigious trilogies by Érico Veríssimo and Josué Guimarães.

**KEYWORDS:** literature from Rio Grande do Sul; canonical literature; coloniality.

## COMO CITAR

ZOLIN-VESZ, Fernando.  
O que pode a literatura do Rio Grande do Sul (ou por “novas façanhas que sirvam de modelo a toda terra”). *Revista da Anpoll*, v. 55, e1992, 2024. doi: <https://doi.org/10.18309/ranpoll.v55.1992>

## 1 Introdução

Em tempos em que aflora profundo questionamento sobre o papel da literatura (Zilberman; Rösing, 2009), Todorov (2008), em um dos capítulos finais de “A literatura em perigo”, questiona o que pode a literatura. A resposta do autor ao próprio questionamento é que “a literatura pode muito” (Todorov, 2008, p. 76), uma vez que “ela [a literatura] pode [...] nos tornar ainda mais próximos dos outros seres humanos que nos cercam, nos fazer compreender melhor o mundo” (Todorov, 2008, p. 76). A discussão empreendida pelo autor direciona-se para a atribuição de determinado papel da literatura que parece transcender o deleite, o reles prazer em ler (como se o texto fosse um produto a-histórico e livre de valores), mas que pode se colocar como uma janela que expõe narrativas que “descrevem/compreendem melhor o mundo”. Nesses tempos em que também se delineiam significativas indagações sobre os modos classificados como hegemônicos de ser e estar no mundo, mais do que nunca a literatura pode concorrer para a problematização das diversas formas em que o processo colonial (a que fomos subjugados pela Europa Ocidental) ainda parece operar e nos constituir: a escolha exclusiva por literaturas classificadas como canônicas ainda se ancora na pressuposição de que ler o cânone nos tornaria “[...] mais aptos a compreender o desenvolvimento [...] do pensamento ocidental (leia-se eurocêntrico) no campo da literatura” (Carbonieri, 2016, p. 121).

O propósito deste artigo, assim, é situar a literatura do Rio Grande do Sul nesse cenário de problematização do próprio papel da literatura, como espaço de tentativa de compreensão/descrição do mundo. Como mais um migrante gaúcho vivendo a condição de *outsider* das “façanhas que ambicionam servir de modelo a toda terra”, como enaltece o Hino Rio-Grandense (embora neste texto ligeiramente modificado, como também pode ser verificado no título), tal condição me permite um certo distanciamento que, em última análise, constitui o fio condutor na tessitura deste texto. Se, conforme apontado por Todorov (2008), a literatura pode muito, a literatura do Rio Grande do Sul, aqui entendida como prática sociocultural que contribuiu e ainda contribui para definir o território geográfico/simbólico nomeado Estado do Rio Grande do Sul, igualmente pode muito, inclusive o questionamento da constituição desse espaço. O principal desses questionamentos, a meu ver, é revisitar o que tem sido considerado como o cânone literário atribuído a esse território geográfico/simbólico. Início, portanto, a escrita deste artigo com uma proposta para (re)pensarmos a constituição do conceito de literatura (não) canônica.

## 2 (Re)Pensando a literatura (não) canônica

A fim de compreender como o cânone literário é constituído, inicialmente convém destacar o processo de formação do que se convencionou denominar literatura nacional. Nessa premissa, o eixo comunidade-território-identidade, que começou a se solidificar na Europa Ocidental durante o século XVIII e recebeu importante influência do Romantismo, possui papel salutar. Conforme observa Canagarajah (2013), os pensadores românticos acreditavam que os indivíduos que compunham determinada comunidade possuíam “naturalmente” a identidade que era “intrínseca” àquele território. Tal eixo, desse modo, parece ser formatado como herança das concepções de homogeneidade difundidas pela constituição do Estado-Nação, expressas pela máxima um território, uma comunidade e uma identidade única compartilhada por

essa comunidade. O surgimento da noção de Estado-Nação, portanto, consiste em elemento imprescindível para essa compreensão. Bauman (2016) atribui a concepção do Estado-Nação à derrocada do chamado *ancien régime*, prometendo garantir segurança nos aspectos políticos e materiais. O regime, cuja característica principal era a descentralização dos poderes político e econômico, os quais se encontravam nas mãos dos senhores feudais, proprietários das terras, teria entrado, ainda de acordo com Bauman (2016), em processo de falência por força de fatores como o aumento da transição populacional devido ao renascimento comercial, além de guerras, aumento de impostos e disseminação de doenças. Tal cenário produziu um sentimento de caos e incerteza na sociedade.

Desse cenário de desesperança e medo, conforme Bauman (2016), surgem as sementes que possibilitam a estruturação do Estado moderno: o Estado-Nação propõe “[...] a substituição do caos e da incerteza por uma harmonia pré-desenhada e pela ordem planejada e controlada” (Bauman, 2016, p. 20). Em nome dessa segurança e dessa estabilidade, o Estado moderno ambicionava interferir em todos os aspectos da vida humana, a fim de monitorá-la, registrá-la, regulamentá-la, administrá-la e controlá-la. Nesse aspecto, destaca Bauman (2016), a *conditio sine qua non* do Estado-Nação apresentaria dois princípios fundamentais: (1) demarcar seus territórios e delimitar suas fronteiras físicas, sendo necessário um governo que os resguardasse; (2) homogeneizar os grupos sociais dentro de seu território, assim oferecendo segurança aos indivíduos que formassem sua população. Dessa forma, ainda de acordo com o autor, nasce a relação de pertencimento entre cidadãos e território: o conceito de nação englobaria os cidadãos pertencentes a um mesmo território e os definiria por meio de uma identidade única.

Assim, desponta o conceito de nacionalidade, derivado da pretensa construção de comunidades homogêneas, sem interferências exteriores, organizadas geopoliticamente e com fronteiras geográficas definidas, o que confirma a concepção de território vinculada à noção de Estado-Nação. Nesse cenário de pretensa estabilidade, Mignolo (2003, p. 299) acrescenta que a valorização de uma língua (nacional) considerada “pura” poderia contribuir para a demarcação e a exaltação de uma identidade e de uma literatura nacionais (também únicas e normativizadas), uma vez que apenas uma “língua pura” seria capaz de expressar, com precisão, o espírito e os valores da comunidade à qual estava associada. A concepção de Estado-Nação proporcionaria, assim, a garantia de preservação da identidade e da literatura nacionais.

São, portanto, essas características de purismo, unicidade e normatização que moldam o *modus operandi* como sempre se entendeu cânone literário no Brasil. De acordo com Albuquerque Júnior (2012), o período pós-independência foi caracterizado pela manutenção da mesma estrutura vigente do período colonial, ou seja, a emancipação não desencadeou mudança significativa no âmbito político, econômico e social, uma vez que um membro da família real portuguesa (Dom Pedro II) seguiu como mandatário (na condição de imperador do Brasil), a riqueza e o controle do Estado permaneceram sob domínio das elites agrárias, as atividades agrícolas e de exportação seguiram como principal prática econômica no país, e a escravização se estendeu até o final do século XIX. Nesse ínterim, conforme o autor, a definição da identidade e da literatura nacional brasileira, vitais para a constituição do Estado-Nação, conforme apresentado previamente, ficou a cargo daquelas elites agrárias, associadas à administração portuguesa implantada desde o início da colonização e, portanto, herdeiras dos títulos de nobreza aristocráticos ainda vigentes com a implantação do Império. Como igualmente destacam Santos e Meneses (2010), o fim do colonialismo político imposto por

países europeus a diversas regiões do planeta não significou o término das relações sociais desiguais geradas durante o processo colonial. Trata-se da colonialidade, peça-chave para a compreensão da constituição do cânone literário e definida por Grosfoguel (2008) como “a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial” (Grosfoguel, 2008, p. 126). De acordo com o autor, a colonialidade perpassa todas as esferas do mundo e da vida social, o que inclui não apenas a política e a economia, mas também as epistemologias, a sexualidade, as relações de gênero e as hierarquias etnorraciais, e, eu acrescentaria, a literatura, todas articuladas com a matriz de poder colonial.

A questão da literatura canônica, desse modo, está relacionada com certa forma de pensar que data do processo colonial e que atravessou séculos nas instituições acadêmicas (fundadas sob os parâmetros da colonialidade), a qual ainda insiste em manter padrões literários eurocêntricos como superiores, evidenciando um suposto patamar cultural mais elevado em relação às manifestações culturais dos povos colonizados (Carbonieri, 2016). Os modos de produção da literatura canônica contribuiriam, assim, para a manutenção da colonialidade e, portanto, das diversas formas de desigualdade que perduram até os dias atuais, colaborando para forjar uma concepção excludente de literatura, a qual deslegitima autoras e autores que não se enquadram em determinadas categorias literárias eurocentradas. Dessa forma, colocar em evidência obras literárias produzidas em contextos desprestigiados ou por grupos marginalizados contribui, a meu ver, para problematizar os traços de colonialidade ainda presentes na constituição do cânone literário. Nesse viés, Grosfoguel (2008) aponta o deslocamento do *locus* de enunciação, ou seja, da perspectiva (eurocêntrica) em que nossa concepção de mundo/de literatura é construída, como possibilidade para a problematização da colonialidade. Se, conforme Todorov (2008), a literatura pode nos tornar ainda mais próximos dos outros seres humanos que nos cercam, além de contribuir para a compreensão melhor do mundo, como seria o sistema-mundo, parafraseando Grosfoguel (2008), se deslocássemos o *locus* da enunciação, transferindo-o do homem europeu, amplamente exaltado pela literatura do Rio Grande do Sul na figura idealizada do gaúcho, para os africanos que foram traficados para o Estado na condição de escravizados?<sup>1</sup>

O ponto-chave, portanto, parece ser o movimento de deslocamento do foco, de modo a possibilitar que o *locus* de enunciação possa ser igualmente dividido com aqueles que, historicamente, têm sido deixados à margem pelos processos de colonialidade que ainda amparam a constituição do cânone literário, inclusive de literaturas denominadas como regionais, como é o caso da literatura do Rio Grande do Sul, que, embora seja constituída por meio dos mesmos parâmetros excludentes que embasam a literatura classificada como nacional, conforme apresentada nesta seção, encontram-se vinculadas a determinada região geográfico-simbólica que integra o Estado-Nação.

---

<sup>1</sup> No original, “como seria o sistema-mundo se deslocássemos o *locus* da enunciação, transferindo-o do homem europeu para as mulheres indígenas das Américas, como, por exemplo, Rigoberta Menchú da Guatemala ou Domitilia da Bolívia?” (Grosfoguel, 2008, p. 122)

### 3 Afinal, o que pode a literatura do Rio Grande do Sul

O argumento central deste artigo, conforme apontado previamente, é que a literatura do Rio Grande do Sul pode muito, em particular questionar a constituição do espaço geográfico/simbólico nomeado Estado do Rio Grande do Sul por meio da revisita ao que tem sido considerado como o cânone literário atribuído a esse território. Para tanto, trago à baila inicialmente dois dos principais autores que integram o cânone da literatura do Rio Grande do Sul: Érico Veríssimo e Josué Guimarães. O primeiro é o autor da trilogia de romances históricos *O Tempo e o Vento*, considerada a obra definitiva do Estado do Rio Grande do Sul por narrar a história desde a ocupação do Continente de São Pedro, em 1745, até o fim do Estado Novo, em 1945, por meio da saga das famílias Terra e Cambará, principalmente. Dividida em *O Continente* (1949), *O Retrato* (1951) e *O Arquipélago* (1961), a obra é considerada uma das mais importantes do Brasil, tendo sido objeto de adaptações para a televisão e para o cinema. Já o segundo autor também tentou produzir uma trilogia, dessa vez a respeito da saga da colonização alemã no Rio Grande do Sul, porém o último volume ficou inconcluso. Mesmo assim, os dois primeiros títulos, *A ferro e fogo I (Tempo de Solidão)* e *A ferro e fogo II (Tempo de Guerra)*, contribuíram decisivamente para estabelecer Josué Guimarães, juntamente com Érico Veríssimo, como um dos mais importantes autores que constituem o cânone da literatura do Rio Grande do Sul, uma vez que ambas as trilogias buscam descrever as “façanhas que servem de modelo a toda terra” dos povos que participaram determinantemente na formação desse espaço geográfico/simbólico.

Entretanto, não há menção, nas duas principais obras que compõem o cânone literário gaúcho, sobre o papel deliberativo que os africanos traficados para o Estado na condição de escravizados desempenharam na constituição do Estado do Rio Grande do Sul. Tal papel é destacado por Silva (2010), até mesmo na diligência de um dos eventos considerados como marco definitivo na formação do espaço geográfico/simbólico denominado Rio Grande do Sul – a Revolução Farroupilha, ocorrida entre 1835 e 1845. Conforme o autor, os africanos escravizados constituíam a linha de frente das batalhas da Revolução Farroupilha, de tal modo que Silva (2010) defende que um dos combates, a batalha de Porongos, teria sido usado como estratégia para o aniquilamento dos africanos revolucionários. Como é possível identificar, o papel que desempenharam foi crucial para a formação da história do Estado do Rio Grande do Sul, o que não se restringiu à constituição da força de trabalho para o sistema econômico em torno do charque, como comumente os africanos escravizados são associados na constituição do Estado.

Em face do exposto, penso aqui caber a pergunta apresentada anteriormente que parafraseia Grosfoguel (2008): como seria o sistema-mundo, se deslocássemos o lócus da enunciação, transferindo-o do homem europeu, amplamente exaltado pela literatura do Rio Grande do Sul na figura idealizada do gaúcho, para os africanos que foram traficados para o Estado na condição de escravizados? Ou ainda, reparafraseando o questionamento aludido, como seria a literatura do Rio Grande do Sul se, para além dos romances históricos de Érico Veríssimo e de Josué Guimarães, também uma biografia de um africano escravizado, que viveu essa condição no Estado do Rio Grande do Sul, também integrasse o cânone literário que nos narra a constituição do Estado? A biografia de Mahommah Gardo Baquaqua, nascido na África por volta de 1824, escravizado no Brasil em 1845 e tendo seu relato autobiográfico – *Biografia*

*de Mahommah Gardo Baquaqua: um nativo de Zoogoo, no interior da África* – publicado em 1854, poderia equitativamente desempenhar essa atribuição. Como destacam Vêras, Lima e Garriss (2017),

Nascido em uma família letrada de prósperos comerciantes africanos, foi traficando e escravizado no Brasil – primeiramente em Pernambuco e, após, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Em 1847, foge para os Estados Unidos, junto a um carregamento de café. Em 1854, edita, na cidade de Detroit, o único relato autobiográfico, dentro do gênero *slave narratives* (Vêras, 2014), publicado por um africano escravizado no Brasil. (Vêras; Lima; Garriss, 2017, p. 106).

Como viveu no Estado, a biografia de Baquaqua constitui um importante instrumento histórico para a compreensão da formação do espaço geográfico-simbólico do Estado do Rio Grande do Sul, como pode ser observado no excerto abaixo que descreve a primeira passagem pelo porto de Rio Grande, em 1847.

Nossa primeira viagem foi para o Rio Grande. A viagem em si teria sido bastante agradável se eu não tivesse ficado mareado. O porto no Rio Grande é um tanto raso e, ao entrar, batemos no fundo. Por causa da maré baixa tivemos enorme dificuldade em fazer a embarcação flutuar novamente, mas finalmente conseguimos. Permutamos nosso carregamento por charque e prosseguimos então para o Rio de Janeiro, onde logo conseguimos vender a mercadoria. (Baquaqua, 2017).

Assim como são possíveis de serem verificadas nas trilogias de Érico Veríssimo e de Josué Guimarães, a biografia de Baquaqua também nos apresenta as “façanhas que servem de modelo a toda terra” e que constituem a formação do território geográfico-simbólico denominado Rio Grande do Sul. Portanto, por que não a integrar ao cânone literário que nos narra a constituição do Estado? O questionamento apresentado acima a respeito de como seria a literatura do Rio Grande do Sul se tal obra também compusesse o cânone, portanto, parece-me indicar o caminho que abraça uma literatura que contesta aquela concepção excludente (leia-se canônica) capitaneada pela colonialidade e o famigerado conceito de gaúcho que ainda assombra a literatura do Rio Grande do Sul, principalmente aquela que lança mão da constituição histórica do território geográfico-simbólico denominado Rio Grande do Sul. Embora o apagamento do papel dos africanos traficados e escravizados seja recorrente até mesmo em nossa literatura nacional, tal postura parece-me salutar, posto que, conforme nos adverte Silva (2010), o aniquilamento dos africanos escravizados constitui uma conjuntura descritível até mesmo durante o marco da constituição do Estado do Rio Grande do Sul – a Revolução Farroupilha.

#### **4 Considerações finais – “por novas façanhas que sirvam de modelo a toda terra”**

Este artigo teve como objetivo desenvolver o argumento, inspirado por Todorov (2008), de que a literatura do Rio Grande do Sul pode muito, até mesmo questionar a constituição do cânone literário atribuído a esse espaço geográfico/simbólico nomeado Estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, trouxe à baila inicialmente o processo de formação do que se convencionou

denominar literatura canônica para então propor, à la Grosfoguel (2008), o deslocamento do lócus da enunciação para os africanos que foram traficados para o Estado na condição de escravizados, de modo que a biografia de Mahommah Gardo Baquaqua pudesse ser equitativamente integrada ao cânone da literatura que nos narra a constituição do Estado do Rio Grande do Sul, assim como as já canonizadas trilógicas de Érico Veríssimo e de Josué Guimarães. Como observei, a biografia de Baquaqua oferece relatos de sua vida de escravizado pelos Estados de Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, o que, como destaquei anteriormente, coloca em evidência obras literárias produzidas em contextos desprestigiados ou por grupos marginalizados, contribuindo para problematizar os traços de colonialidade ainda presentes na constituição da concepção de cânone literário.

Para concluir, busco nos versos do Hino Rio-Grandense, ligeiramente modificados, o argumento final para este texto: que, assim como o orgulho demonstrado pelas “façanhas que ambicionam servir de modelo a toda terra” na constituição desse território geográfico-simbólico nomeado Rio Grande do Sul – embora nem sempre tão modelares assim, como nos adverte Silva (2010) –, que possamos de fato construir “novas façanhas” para a literatura do Rio Grande do Sul, ou seja, uma literatura que questiona as diversas formas de desigualdade que perduram até os dias atuais devido a determinados modos de produção literária (canônica), os quais se amparam em uma concepção excludente de literatura, que deslegitima autoras e autores que não se enquadram em determinadas categorias oriundas da colonialidade. E que essas “novas façanhas sirvam de modelo a toda terra” na constituição de cânones literários outros.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: Cortez, 2012.
- BAQUAQUA, Mahommah Gardo. *Biografia de Mahommah Gardo Baquaqua: um nativo de Zoogoo, no interior da África*. Trad. Lucciani Furtado. Cerquilo: Uirapuru, 2017.
- BAUMAN, Zygmunt. *Babel: entre a incerteza e a esperança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- CANAGARAJAH, Suresh. *Translingual practice: global Englishes and cosmopolitan relations*. Londres: Routledge, 2013.
- CARBONIERI, Divanize. Descolonizando o ensino de literaturas de língua inglesa. In: JESUS, Dánie Marcelo de; CARBONIERI, Divanize (org.) *Práticas de multiletramentos e letramento crítico: outros sentidos para a sala de aula de línguas*. Campinas: Pontes, 2016. p. 121-142.
- GROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 115-147, 2008.
- MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Introdução. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2010. p. 9-20.
- SILVA, Juremir Machado da. *História regional da infâmia – o destino dos negros e outras iniquidades brasileiras (ou como se produzem os imaginários)*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

TODOROV, Tzvetan. *A literatura em perigo*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.

VÉRAS, Bruno Rafael; LIMA, Tatiane; GARRISS, Jacqueline. Projeto Baquaqua: história e embates pela memória. In: ZOLIN-VESZ, Fernando (org.). *Linguagens e descolonialidades: Práticas linguageiras e produção de (des)colonialidades no mundo contemporâneo*. Campinas: Pontes, 2017. v. 2. p. 105-114.

ZILBERMAN, Regina; RÖSING, Tânia M. K. (org.). *Escola e leitura – velha crise, novas alternativas*. São Paulo: Global, 2009.